

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DA
SUBPREFEITURA DA CAPELA DO SOCORRO, REALIZADA EM 24/10/2023 ÀS 19 HORAS.
PAUTA DA REUNIÃO:

- 1 - Leitura da Pauta;
- 2 - Informes gerais dos Conselheiros e da Plenária;
- 3 - Aprovação da Ata da reunião anterior;
- 4 - Temática da reunião: Zoneamento das Macrorregiões, parte 2;
- 5 - Encerramento.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e três, reunidos nas dependências da Subprefeitura Municipal da Capela do Socorro, localizada à Rua Cassiano dos Santos número 499, Jardim Clipper, Capela do Socorro, município de São Paulo, às 19 horas, realizou-se em segunda convocação, reunião ordinária do CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DA SUBPREFEITURA DA CAPELA DE SOCORRO, denominado CPM Capela do Socorro, da Gestão 2022/2024, sob a Coordenação da Sra. Angeli Franco Nobre, que após agradecer a presença de todos os presentes, abriu diretamente a palavra ao Dr. André de Araujo, Diretor da Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo (FACES), Coordenador Jurídico do Movimento de Regularização Fundiária e Urbanização (MRFU), atualmente Conselho Municipal de Política Urbana, Conselho Suplente do FUNDURB e Conselho Titular da Câmara Técnica de Legislação Urbanística (CTLU), item 4 da pauta, agradeceu os presentes, em especial Coordenadora e Secretário Geral do CPM, Capela do Socorro, Sra. Angeli e Sr. Valter, assim como todos os munícipes presentes ao recinto e os que estavam acompanhando pela rede mundial de computadores, dando continuidade ao tema da reunião anterior. O mesmo falou sobre mudanças na lei municipal 16.402/2016, que dispõe sobre Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), por meio do Projeto de Lei 586/2023. Ao explicar o tema, mencionou da importância da demarcação de Ocupações, Loteamentos irregulares, Favelas, que estejam caracterizados como NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS CONSOLIDADOS, como Zona Especial de Interesse Social, pois deste modo, permitirá entrada de serviços e equipamentos públicos, iluminação pública e domiciliar, acesso à água, coleta e tratamento do esgoto, obras de urbanização e a tão sonhada Regularização Fundiária, nos termos da lei federal 13.465/2017, Decreto Federal 9.609/2018 e Lei Municipal 17.734 de 11 de janeiro de 2023. Ainda na sua explanação, mencionou importância da ZEIS, pois como Zona Especial de Interesse Social, nos termos do artigo 48 e ss da lei municipal 16050/2014, mais conhecido como Plano Diretor Estratégico (PDE), com normas especiais para desenvolvimento de projetos urbanísticos para instalação de empreendimentos de habitação de interesse social e Regularização Fundiária para moradores de baixa renda, também permite, instalação nas áreas demarcadas como ZEIS 1 e 3, instalação de Conselhos Gestores de Zeis, com a participação paritária de representantes do Poder Público e de representantes eleitos dos moradores destas áreas, pois estes conselheiros, participaram ativamente na criação e aprovação de um . Já no final do seu tempo, destacou que o Projeto de Lei 586/2023 que altera a atual Lei de Parcelamento e Uso do Solo (LPUOS), está em fase de consulta popular, por meio de audiências Públicas, que no dia 6 de novembro de 2023, às 19 horas, teremos Audiência Pública presencial da Câmara Municipal de Vereadores (CMSP), no CEU RUBI, situado na Rua Domingos Tarroso, 101 - Vila Rubi, com a presença do Relator do Projeto Rodrigo Goulart e outros vereadores, que seria bom, à a presença de todos os presentes e demais interessados, pois uma bela oportunidade de exercício da Gestão Democrática e Controle Popular, pois o zoneamento faz parte do Planejamento Urbano que permite a entrada de serviços públicos nas Periferias, sendo às

Áreas de Zeis, oportunidade de justiça social, equidade entre dos distritos e bairros da Capital, questionado sobre a munícipe Tata sobre quanto tempo para a mudança, respondeu que, infelizmente irá demorar mais do que o necessário, pois as forças entre o interesse do povo e o interesse das grandes empresas são desproporcionais, e medidas como a necessidade de mais audiências públicas com dados mais aprofundados, com mapas e medidas para que possa ser alcançado o melhor resultado. Em seguida a munícipe Tata disse que em muitos momentos dá vontade de desistir, pois há um esforço de poucas pessoas, que lutam, dão a cara a tapa, e quando dá errado acaba ficando como a culpada, ou culpado, mesmo sabendo que se ela desistir vai prejudicar a vida de muitas pessoas, em resposta o doutor André de Araújo, disse que há momentos de desânimo, mas que devemos continuar na luta, pois o seu exemplo irá motivar outras pessoas a participarem. O Conselheiro Valter Rufino comentou que realmente é difícil em muitos momentos, pois a grande população está mais interessada em saber o que acontece em programas televisivos, saber quem saiu da Fazenda ou BBB, ou se a Sandy realmente se separou, e isso talvez mudaria com educação de qualidade desde a base, coisa que os governantes não tem interesse, infelizmente. A munícipe sra. Tata concordou e sugeriu que a prefeitura usasse um tempo na Televisão para falar sobre leis e coisas afins, em resposta o Conselheiro Valter Rufino disse que já existem vários canais na Internet, e muitos oficiais, como o STF, Senado, Câmaras, etc, porém o interesse é muito pequeno. O Dr. André concordou com ambos e sugeriu que cada um naquele ambiente, naquela reunião, os presentes e os que acompanham virtualmente devem manter-se em busca das mudanças, pois isso trará mais pessoas a participarem, não desistirem. Em seguida, o Dr. André abriu para mais perguntas e comentários e o Conselheiro Valter Rufino, comentou sobre a dificuldade de entendimento nos documentos e audiências públicas, para grande parte da população, mesmo o que tem estudo, pois é uma linguagem muito técnica, neste sentido o Plano Diretor, na suas diretrizes, estabelece no artigo 6º, com seguinte teor: " XII revisão e simplificação da legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e das normas edilícias, com vistas a aproximar a legislação da realidade urbana, assim como facilitar sua compreensão pela população", no mesmo sentido, lei municipal 14.141/2006, quanto aos processos administrativos no município de São Paulo. Dada a palavra ao Conselho Valter, disse que, já fez o curso e sugeriu que os demais façam, o curso está disponível na Escola Virtual do Governo, perguntou se o doutor visualiza esta dificuldade também, pois parece que muito se fala, mas pouco se entende. O Doutor André de Araújo concordou, e disse que ele busca facilitar para se fazer entender, mas entende que muitas vezes pode ser de difícil compreensão e que irá dar uma olhada no curso sugerido. Por último, sugeriu realização de reunião para discutir sobre orçamento municipal na área da Subprefeitura da Capela do Socorro, sendo que Projeto de Orçamento Anual para 2024, deverá ser votado até o dia 31 de dezembro de 2023, pois existem poucos recursos destinados para Regularização Fundiária, em especial no Fundo Desenvolvimento Urbano (FUNDURB), Fundo Municipal de Saneamento Ambiental (FMSAI), mesmo se aplica a fonte orçamentária do tesouro, (previsão orçamentária própria da municipalidade conhecida como fonte 00), ainda, foram cortados recursos da Secretaria Executiva de Projetos para áreas de Mananciais, no qual, estão inseridos os bairros da circunscrição da Subprefeitura da Capela do Socorro. Diante disso, somente a mobilização social, por meio da participação popular nas audiências públicas, poderia reverter tal quadro de poucos investimentos na Reurb na região da Capela do Socorro e Parelheiros. Em seguinte, esclareceu a todos que o Porto Velho II, está localizado numa área de ZEIS 4, ao contrário que foi dito pelo Chefe de Gabinete Carlos Getúlio que estaria numa área demarcada como ZEPAM (Zona de proteção Ambiental), deste modo, nenhum impedimento para recebimento de recursos orçamentários para 2024, conforme avaliação de diversas secretarias do município em audiência devolutiva, na última sexta-feira.

Por último, esclareceu dos riscos da privatização da Sabesp, pois poderia criar um monopólio privado, dificultando e encarecendo o acesso à água potável de qualidade, coleta e ao tratamento de esgoto, com grave prejuízo aos milhares de brasileiros que moram na periferia de São Paulo, com o final da conta social e outros subsídios, colocou o Fórum da Zona Sul contra privatização à disposição de todos e todas para maiores esclarecimentos, que já realizaram uma caminhada no dia 28 de setembro da Praça da Árvore até a sede da Gerência Regional da Sabesp em Interlagos. No mais, agradeceu a Deus, todos e todas pela oportunidade e se coloca à disposição para outras reuniões que for convidado. Em seguida, a Coordenadora sra. Angeli Nobre, agradeceu a disposição do Doutor André, e achou uma pena não ter vindo alguém da prefeitura para falar de um tema tão importante. Iniciou o item 2, Conselheiro Valter Rufino, trouxe novamente o assunto, que o munícipe Zito, levantou na reunião anterior, sobre o centro de convivência para idosos no Jardim Mirna, pois iniciou a construção de uma associação, e que os moradores não sabem de quem é, e não conseguiram encontrar nada nos meios oficiais, e ainda aguarda um retorno, pediu um retorno da Subprefeitura. Também cobrou mais rondas da GCM na região, a presença das viaturas, ou a pé irá dar mais visibilidade e sensação de segurança a população, além de proteger os bens públicos. Em seguida, a coordenadora, sra. Angeli passou para o item 3 da pauta da reunião, onde foi realizada a leitura da ata, pelo secretário, sr. Valter Rufino, e após, aprovada por unanimidade. Informou que a próxima reunião, conforme o calendário será no dia 09 de novembro. Passando-se ao último item da ordem do dia, a Coordenadora Angeli, disse que iria informar o tema da próxima reunião em breve. Informou também que os conselheiros estão acompanhando a contratação da empresa para a realização da obra no Jardim Novo Horizonte, que foi aprovada por este CPM. Aproveitou para pedir aos presentes, e aos que assistem virtualmente, que convidem mais munícipes para participarem das próximas reuniões.. Conselheiros Presentes: Sra. Angeli Franco Nobre, coordenadora, sra. Maria Simone Eufrásio Silva (virtualmente), Sra. Silvana Maria Mendes Alves, Senhora Anicleide Santana Viana (virtualmente), sra. Rosângela Lima Gonçalves Tupinelli (Virtualmente) e Valter Rufino, secretário. Nada mais a manifestar na reunião, foi encerrada a reunião às 21h, onde foi determinado a mim Valter Rufino, que lavrasse a respectiva ata e que seja encaminhada ao Interlocutor, para que seja produzida a publicação em Diário Oficial do Município de São Paulo e que se produza os efeitos necessários, que a legislação determina.

São Paulo - SP, 24 de outubro de 2023.

Angeli Franco Nobre
Coordenadora do CPM Capela do Socorro

Valter Rufino
Secretário CPM Capela do Socorro.

Silvana Maria Mendes Alves.

Deboa Raquel Alves das Santos

